

A grande ficção

Ufa! Pode-se exclamar, aliviado, diante da firmeza com que o presidente José Sarney declarou ao sr. Claude Cheysson, comissário da Comunidade Econômica Europeia, que o Brasil não recorrerá ao expediente extremo e infantil da moratória. Por fim, um sopro de prudência penetrou os gabinetes do Planalto, trazendo ânimo aos que pretendem resistir aos inimigos do bom senso.

Imagine-se o que seria do Brasil se a tese de alguns eleitos em novembro se tornasse vitoriosa junto ao chefe de governo: haveria racionamento de combustível depois de, no máximo, quatro meses, paralisação de todas as fábricas que dependem de matérias-primas, tumulto social e, pior do que tudo, os pais da idéia estariam propondo cada vez maiores avanços no caminho da socialização do País como meio de conjurar a crise. Sim, é isso que aconteceria. Ou alguém, por acaso, imagina que os credores do Brasil continuariam fornecendo capitais para financiar o comércio exterior brasileiro e remetendo, por pouco que fosse, capitais de risco? Quando alguém pede concordata (e a moratória é uma concordata) deve rezar a Deus para encontrar quem lhe forneça, contra pagamento em efetivo, o indispensável para produzir e saldar seus compromissos. No caso da moratória, dever-se-ia também pedir a Deus que iluminasse os juízes dos tribunais estrangeiros, para que não determinassem o seqüestro dos aviões da Varig, dos navios do Lloyd etc., para garantir os direitos de credores mais cabeçudos, indiferentes ao discurso dos políticos brasileiros sobre o progresso social, a dívida social, o desenvolvimento etc. etc...

Aliás, seria difícil pedir ao credor estrangeiro que desistisse de fazer valer seus direitos ante a situação atual do Brasil: uma associação de pessoas dedicadas a encontrar a maneira mais eficaz de induzir os outros a acreditar que tudo está de acordo com as normas legais, quando se trabalha contra elas, ou à margem delas. Um país de faz-de-conta, clandestino, não tem como se comunicar com o Exterior e impor-se ao respeito. Os interlocutores, imediatamente, quererão saber se se fala a sério. Ou alguém, entre os nossos credores, sabe quais são os números verdadeiros do déficit público? Ou a contribuição do Tesouro às estatais? Ou a razão pela qual, em 60 dias, a taxa de juros subiu de 40% ao ano para esses patamares tibetanos com que se negocia a moeda?

Ninguém explicará coisa alguma, pela simples e boa razão de que, como se temia desde que o Plano Cruzado foi lançado e os "fiscais de Sarney" começaram a atemorizar os comerciantes, a economia entrou na clandestinidade. Não apenas a privada; a

pública também. Aliás, esta já periclitava há tempos: quantas cartas de intenção o ministro Delfim Netto e o ministro Ernane Galvêas mandaram ao FMI com números que todos sabiam fictícios? Os particulares, depois do congelamento, aprenderam também a fazer suas *cartas de intenção* para a Sunab e órgãos que tais, valendo-se do que sabiam deles, no passado, e do que foram obrigados a aprender depois de fevereiro. O resultado foi a clandestinidade e com ela, como tínhamos, a desmoralização da *res publica* e dos costumes políticos a ela ligados.

Que melhor caracterizaria o país do faz-de-conta do que a roda-viva em que se afanava até hoje pela manhã o PMDB, que deseja propor ao presidente da República a decretação da moratória, mas não tem coragem de assumir o que pensa? Daí recusar-se a proferir a palavra exata e recorrer a uma hipérbole: "suspensão de pagamento de juros e principal" por alguns anos. Soa melhor? Talvez — mas somente se os trêfegos promotores da idéia entenderem por moratória "não reconhecimento da dívida", o que é forte demais. Ora, apenas essa brava postura leninista — aliás lembrada pelo ministro Celso Furtado — pode explicar por que se pretende substituir moratória por calote. Ou é a clandestinidade da economia que está levando o pensamento a esconder-se por detrás de palavras e mais palavras...?

O processo de ações e pensamentos clandestinos está em franco progresso. Para que a opinião pública possa ter uma pálida idéia de como as coisas se passaram desde que a turrice de alguns impôs ao País um congelamento de preços sem limite de duração, tentaremos reconstruir os principais passos que, a partir de março, conduziram à desorganização da economia e da moral pública.

1. *O Plano!* Era antipatriótico dizer que as coisas não eram do jeito que estavam sendo pintadas e que em breve todos seriam chamados à realidade. Os "fiscais de Sarney" pareciam malta fascista e das SA; os comerciantes e gerentes de supermercados não podiam dormir, temerosos de ir parar na cadeia. A Sunab redimiu-se de todos os seus pecados, caçando os que ousavam vender acima da tabela. O clima era de tal maneira tenso, que ilustre homem de negócios foi obrigado a dizer que não era inimigo do povo nem criminoso — fê-lo, e seus amigos da véspera silenciaram, nenhum se solidarizando com ele.

2. *A maquiagem!* A menos que o dirigismo da economia seja total (nazismo ou comunismo), não há atividade produtora que possa sobreviver com preços congelados por prazo indefinido. Diante do assalto da Sunab e dos "fiscais", o comércio e a

indústria apelaram para a maquiagem — vale dizer, o disfarce, a máscara — dos produtos de preços congelados. Todos ficaram bonitos e diferentes e com preços não congelados do dia para a noite. O sentido da clandestinidade começou a tomar conta do País, pouco a pouco, inexoravelmente!

3. *O boi!* Bumba-meu-boi! Prenderam-se açougueiros junto com delinquentes facinorosos para humilhá-los e constrangê-los. Açougues fecharam porque não havia carne para vender ao preço que a Sunab determinara. O medo da polícia e dos fiscais começou a ser maior do que o dos marginais. Caçaram-se as reses pelos pastos deste Brasil afora, e o público telespectador pôde acompanhar, constrangido, o drama de bois e vacas que entravam nos matadouros. Depois, a clandestinidade se impôs, o preço da carne começou a ser estabelecido por telefone, e os consumidores tiveram o privilégio da entrega a domicílio. Finalmente, às escâncaras, a carne voltou ao preço do mercado, apesar de a tabela da Sunab estar à vista de todos.

4. *O ágio!* Hoje é encarado como algo trivial, embora alguns temam ainda o império da lei! Por temê-lo, inventam mil e uma maneiras de cobrar aquilo que as leis do mercado impõem, mas o governo proíbe. Outros, menos cuidadosos, faturam diretamente o preço verdadeiro, e quem estiver na ponta do processo que se entenda com os consumidores e a Sunab. Essa, desmoralizada mais uma vez, nada tem que fazer diante do volume da ação clandestina.

5. *A reforma!* Sob pressão, o Executivo capitulou à clandestinidade. O Cruzado II é um pacote clandestino, baixado no fim da Legislatura, por decreto-lei. Se a atividade econômica se faz hoje à margem da lei, a ação governamental dá-se à margem da palavra empenhada no início da Nova República. Ninguém estranha, porque a convivência é a característica básica da economia clandestina. Quando, na ação de burlar o absurdo da portaria e do decreto-lei, se consegue estabelecer um *modus vivendi* entre os agentes econômicos, é natural que a lei e a coisa pública também se degradem. E a moral como elas, dentro em breve.

Essa a lição desses meses de Plano Cruzado. Dia a dia, dissemos o que iria acontecer. Neste fim de ano, apesar da trágica situação da economia do País, os que aplaudiram esse processo de destruição da moralidade popular e pública querem a moratória, vale dizer, o calote puro e simples. Ou eles não sabem o que isso significa, ou, então, sabem demais! Felizmente, o presidente Sarney tem consciência da engrenagem internacional e de suas leis inexoráveis. Resta esperar que a gravidade da crise moral leve, sêxa, a dar-se conta de que o Brasil está vivendo uma ficção. À qual é preciso pôr fim.